

**Intervenção inicial (10m) de Helena Sousa na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto**

Saudação à Sr<sup>a</sup> Presidente e aos senhores deputados e senhoras deputadas.

- Muito grata pelas palavras, pelo acolhimento. Estou com muito gosto nesta comissão e procurarei responder às questões dos senhores e das senhoras deputadas entenderem colocar-me.

Dividir a minha intervenção em 3 partes necessariamente breves:

- importância que atribuo ao Serviço Público;
- modo como vejo o Conselho Geral Independente no quadro mais amplo da regulação da RTP e dos media em Portugal e, por fim;
- os desafios que a RTP enfrenta.

Começo então pela importância que atribuo à RTP enquanto operadora de Serviço Público de Média.

Menciono serviço público de média e não apenas serviço público de rádio e de televisão porque hoje, um pouco por todo o mundo, os serviços públicos estão a dar uma grande importância à prestação de serviços na área do *online*, do digital, do multimédia e Portugal não é exceção. A RTP percebeu esta transformação e está a avançar...e, por isso, julgo que podemos falar também em Portugal de um Serviço Público de média.

Ora, relativamente à importância do Serviço Público, considero que os estados têm **efetivamente** grandes responsabilidades em matéria de defesa das liberdades fundamentais e dos direitos informativos e culturais dos cidadãos. E é nesse quadro que eu defendo o desenvolvimento de um serviço público de rádio, de televisão e online que responda, **com exigência**, a estas necessidades informativas e culturais da população. Quando falo da população refiro-me a crianças, jovens, adultos, idosos, residentes no interior, residentes no litoral, pessoas que vivam a norte ou a sul, no continente, na Madeira ou nos Açores e ainda no espaço dos falantes da língua portuguesa...

Os cidadãos de um país verdadeiramente democrático têm direito a informação independente e rigorosa e têm direito a uma oferta cultural diversa e rica. Um operador de serviço público tem obrigações e precisa de encontrar os melhores modos de dar resposta a estas exigências.

Entendo que a RTP (através dos seus 8 canais de televisão, 7 canais de rádio e diversos serviços online) está a fazer um caminho importante, **e que deve ser reconhecido**, mas estou convencida de que é possível ir mais longe e penso que o Conselho Geral Independente pode contribuir efetivamente para um melhor desempenho da RTP na sua globalidade.

O Conselho Geral Independente define as linhas orientadoras da RTP às quais se subordina o processo de escolha do conselho de administração e do respetivo projeto estratégico. E tem também obrigações claras de **acompanhamento** e de **vigilância** do desempenho da RTP.

Por isso, entendo que é da maior importância que o Conselho Geral Independente mantenha uma colaboração institucional **franca e aberta** com o Conselho de Administração, sem nunca abdicar das competências que a lei prevê e em plena articulação com as restantes entidades de supervisão internas e externas à RTP, nomeadamente com a Entidade Reguladora para a Comunicação Social e com o Conselho de Opinião da RTP.

Não posso, ainda a este respeito, deixar de referir que me parece particularmente importante o facto de a Assembleia da República poder, a qualquer momento, convocar o Conselho Geral Independente para a prestação de esclarecimentos relativos ao funcionamento do Serviço Público.

Este aspeto parece-me muito relevante porque o modelo atual tem esta força, tem esta exigência da prestação de contas. O Conselho de Administração da RTP presta contas perante o Conselho Geral Independente; o Conselho Geral Independente presta contas perante os senhores deputados que, por sua vez, prestam contas perante os eleitores e cidadãos deste país mesmo aqueles que não têm ainda capacidade eleitoral como as crianças ou jovens até aos 18 anos.

Respondemos todos, direta ou indiretamente, perante as pessoas deste país: perante ricos e pobres, homens e mulheres, crianças e adultos, maiorias e minorias, habitantes das cidades ou das áreas rurais, pessoas com ou sem educação formal.

Todos com igual dignidade. Todos, sem exceção, merecedores do nosso melhor cuidado e da melhor atenção.

É precisamente pelo respeito que merece a população que a RTP enfrenta **grandes desafios** que não pode ignorar e gostaria de equacionar nesta sede.

O primeiro é o da liberdade de expressão e do pluralismo informativo. Começo por aqui porque é um desafio maior, porque nunca está resolvido e nunca está devidamente cumprido. Por mais que as leis e os contratos consagrem, a liberdade de expressão, esta liberdade fundamental, é extraordinariamente difícil. Assegurar o rigor, **o olhar descentralizado e plural da informação**, assegurar a independência face aos interesses políticos e **económicos** também **nunca** foi tarefa fácil e não é **hoje** tarefa fácil.

Outro grande desafio é o da inovação na produção de conteúdos e o desenvolvimento de um sector audiovisual e multimédia mais forte. A RTP está a trilhar este caminho, mas esta é uma área em que Portugal ainda está longe dos países do centro da Europa e dos países do Norte. Um país precisa de saber contar as suas histórias, precisa de discursos criativos para se dizer a si próprio e para se apresentar aos outros.

A força de um país também se traduz pela capacidade de produzir conteúdos de qualidade que sejam apreciados por diversos públicos, em diversas plataformas, em Portugal e no mundo.

No quadro dos desafios que a RTP enfrenta não poderia deixar de referir as literacias, as literacias múltiplas que o Serviço Público pode e deve promover. A literacia para os média, a literacia para o digital, a literacia ambiental, todas as questões que se prendem com a sustentabilidade, com os riscos, com os valores humanistas, com o nosso futuro coletivo.

A RTP pode aprofundar este papel formador, pedagógico mas sem paternalismos, explorando modelos dialogantes e participativos que sejam verdadeiramente transformadores de comportamentos e de novos modos de olhar o outro, de olhar a diferença...Este aspeto parece-me fundamental num tempo em que os piores medos regressaram à esfera internacional e num tempo em que os valores humanistas precisam de uma defesa permanente e corajosa. A RTP pode fazer mais nesta frente.

Por último, o desafio da Universalidade do acesso – a RTP deve chegar em boas condições a todos os portugueses e a todos os falantes da língua portuguesa onde quer que estejam. Só com acesso verdadeiramente universal pode a RTP constituir-se como um fator de coesão e de integração de todos os cidadãos, grupos e comunidades que são, afinal, a razão de ser do serviço público.

Bem sei, Sr<sup>a</sup>. Presidente, Sras. e Srs. deputados, são certamente muitos mais os desafios mas entendi esboçar apenas estes nesta breve apresentação.

Fico à vossa disposição.